

APRESENTAÇÃO

Este livro, na forma de coletânea, se inclui em um processo mais amplo de reflexão sobre a educação brasileira contemporânea que vem sendo desencadeado na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio desde as duas últimas décadas do século XX. Constituindo-se em um importante ponto de inflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos, tem por objetivo aprofundar algumas constatações iniciais desse debate em curso sobre a sociedade contemporânea e sua relação com a educação, respondendo a algumas demandas urgentes de fundamentação da prática político-pedagógica da escola na atualidade.

A escolha dos capítulos norteou-se por três constatações. A primeira foi a de que as sociedades contemporâneas vêm sofrendo, desde as últimas décadas do século XX, profundas transformações em todas as dimensões da produção da existência humana; a segunda foi a de que essas mudanças se materializam, de modo específico, na sociedade brasileira, devido à maneira como o Brasil vem se inserindo no mundo ao longo da sua história e também devido às relações econômicas, políticas, sociais e culturais que se engendram, também historicamente, em âmbito nacional; e a terceira foi a de que essas profundas mudanças em curso no mundo e no país que redefinem ideais, idéias e práticas sociais repercutem intensamente nos processos de educação política e de educação escolar, levando à redefinição do conteúdo e da forma de estruturação dos sistemas educacionais e de formação técnico-profissional – já que, nas sociedades contemporâneas, a educação vem respondendo, de modo ‘específi-

co', às necessidades de valorização do capital, da conformação ético-política à sociabilidade burguesa e, também, à demanda popular efetiva de acesso ao saber socialmente produzido.

Na estruturação dos capítulos, influenciaram ainda duas demandas urgentes do debate educacional contemporâneo: a necessidade de identificar a natureza dessas profundas mudanças e a forma como elas interferem na educação brasileira; e, mais especificamente, como essas mudanças interferem na definição de diretrizes e estratégias político-pedagógicas das instituições escolares que têm, na politecnicidade e na omnilateralidade, seus fundamentos essenciais.

As idéias aqui apresentadas, por filósofos e cientistas sociais e por educadores de expressão nacional e internacional, cumprem assim a função de subsidiar as discussões que vêm sendo travadas na EPSJV sobre as diretrizes filosóficas e sócio-históricas contemporâneas da sua prática de ensino e de pesquisa historicamente comprometida com a formação dos trabalhadores brasileiros, nos marcos dos seus vinte anos de existência.

No capítulo 1, intitulado 'Sobre as relações sociais capitalistas', a socióloga Miriam Limoeiro Cardoso procura, na primeira parte, caracterizar a sociedade em que vivemos neste momento. Reflete sobre a dimensão política e a eficácia ideológica da caracterização da sociedade atual como sociedade pós-moderna, estabelecendo relação entre a idéia de modernidade e de pós-modernidade com a idéia de progresso histórico, que naturaliza as relações sociais. Apresenta, em seguida, um painel das contribuições dos diferentes autores que situam as mudanças recentes nas formações sociais como resultado da crise no capitalismo ou do capitalismo. Contrapõe a idéia de capitalismo dependente de Florestan Fernandes à idéia de modernização. Por fim, dialogando com Giovanni Arrighi, Eric Hobsbawm, Immanuel Wallerstein, François Chesnais, Michael Hardt e Antonio Negri, observa que vivemos hoje sob o capital mundializado; o Estado, sem perder sua soberania, adquire novas funções nesta nova era do capitalismo que se inicia, em que se acentua a polarização da riqueza interna a cada país e entre países ricos e pobres.

Na segunda parte, observa que as relações sociais construídas pelo capital se estabelecem, se mantêm e se reforçam por meio de múltiplos mecanismos de dominação, administrados por diferentes tecnologias de poder e inculcados nos diversos aparelhos ideológicos do Estado ou impostos repressivamente. Destaca, como decisivas para o entendimento dessas construções sociais histó-

ricas, as contribuições de Marx sobre a subsunção do trabalho sob o capital; de Althusser sobre aparelhos ideológicos do estado; e de Foucault sobre tecnologias do poder. Por fim, refletindo sobre as possibilidades de transformação na sociedade em que vivemos, nos brinda com reflexões iluminadoras para a produção de conhecimentos, a definição e a implementação de políticas e o planejamento e execução das atividades na área educacional no Brasil de hoje. Para ela, diante de qualquer tentativa de transformação mais profunda nas sociedades de capitalismo dependente, a luta ideológica – que assume importância decisiva – não prescinde do acesso mais geral possível ao conhecimento crítico, à sua análise e discussão para superar o ‘consenso’ consentimento/submissão construído ideologicamente pelo poder e que atua como filtro do conhecimento e mesmo das informações e da percepção da realidade.

No capítulo 2, ‘O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses’, a economista Leda Maria Paulani, discute a história intelectual e a história concreta do neoliberalismo, como condição primeira para se entender a natureza desse projeto em nossa sociedade. A partir da trajetória intelectual do principal representante teórico dessa corrente, Friedrich Hayek, a autora afirma que o neoliberalismo não é uma ciência, mas uma doutrina que busca sedimentar a crença nas virtudes do mercado cujas ‘graças’ são alcançadas pela interferência mínima do Estado para garantir as regras do jogo capitalista; pelo controle dos gastos estatais e da inflação; pela privatização das empresas estatais; e pela abertura completa da economia. Embora essas idéias já estivessem elaboradas em décadas anteriores, apenas no final dos anos 1970 começam a existir as condições para o domínio e para a aplicação prática de seu receituário de política econômica.

É o que a autora vai demonstrar com as condições concretas que permitiram a assimilação e a produção do discurso que tratou o suposto gigantismo do Estado com sua intervenção na economia, bem como os privilégios que esse tipo de atuação tinha conferido aos trabalhadores ao longo dos ‘trinta anos gloriosos’, como as causas maiores da crise que se observa a partir de então. Ao mesmo tempo, procura demonstrar como, a partir dos anos 1980, com a mudança do regime de acumulação, o mundo passa a funcionar sob o império da valorização financeira. E faz um alerta: o Estado não se tornou fraco; ao contrário, ele tem de ser extremamente forte, no limite, violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível, de modo a preservar e contemplar grupos de interesses específicos. Além disso, observa que as trans-

formações operadas no setor produtivo estão diretamente ligadas à dominação financeira do processo de acumulação.

Nos países periféricos, o movimento de centralização de capitais que se intensifica de forma inédita nesse período, em vários setores industriais e de serviços, inclusive saúde, e a transnacionalização do capital que o acompanha trazem conseqüências substanciais e pouco alvissareiras para a inserção desses países no sistema-mundo capitalista. De um modo geral, o paradigma digital-molecular demanda dessas formações sociais grande investimento em ciência e tecnologia, o que está para além das suas forças internas de acumulação. No Brasil, especificamente, acrescenta-se a esse determinante estrutural um importante determinante sociopolítico. Em decorrência do acatamento sem reservas pela elite brasileira das teses neoliberais de internacionalização do padrão de vida e da desterritorialização da riqueza, vendeu-se a idéia de que o país pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior. Como o bonde transitou em outra direção, o país transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias atuais, com a função de, mais efetivamente a partir dos anos 1990, produzir bens de baixo valor agregado, com a utilização de mais-valia absoluta ou da exploração de mão-de-obra barata.

Finalmente, Paulani procura mostrar na última seção como o país foi sendo preparado para participar do circuito da valorização financeira, principalmente a partir do governo Itamar Franco. Nessa perspectiva, avalia que o desempenho do promissor mercado financeiro foi conquistado, em primeiro lugar, pelo importante papel que cumpriu o discurso neoliberal de um único caminho possível para a superação da crise dos anos 1980 entre a população recém-saída da ditadura militar e o movimento de massas; e em segundo lugar, pelo sentimento difuso de ‘emergência econômica’ que acompanhou todas as medidas a partir do Plano Real e que, no governo Lula, foi decretado como uma necessidade. Para a autora, a armação desse estado de emergência econômica que presenciamos foi condição de possibilidade para que nossa relação com o centro passasse da dependência tecnológica típica da acumulação industrial à subserviência financeira típica do capitalismo rentista.

De certa forma, a análise efetuada pela autora instiga a perguntar, como faz Gaudêncio Frigotto em outro texto desta coletânea: que tipo de educação escolar e de formação técnico-profissional está presente nas reformas da educação postas em prática pelos governos neoliberais cujas políticas propiciam a

informalidade do trabalho e a precarização do trabalho formal, ampliando as possibilidades de superexploração da força de trabalho? A educação seria um instrumento poderoso de superação da crise que atravessamos? Quais as consequências desse projeto de sociedade e de escolarização para a formação das consciências das futuras gerações?

No capítulo 3, 'Economia brasileira hoje: seus principais problemas', o economista Márcio Pochmann busca destacar a situação geral de estagnação econômica que predomina no Brasil desde 1980. Procura identificar as principais causas que imobilizam o dinamismo da economia nacional, oferecendo para a nossa reflexão educacional novos argumentos. Para o autor, há três fatores que provocam a estagnação da economia nacional: a estabilidade da renda *per capita* em torno de valores não muito superiores aos da década de 1980; a permanência de baixas taxas de investimento; e a desestruturação do mercado de trabalho. Entretanto, essa situação não pressupõe imutabilidade nas atividades produtivas. Pelo contrário, em sintonia com Leda Paulani, ele observa que está em curso um novo modelo econômico, com baixa taxa de expansão produtiva, forte vinculação à financeirização da riqueza e à revalorização do setor primário exportador.

As principais evidências desse novo modelo, em curso desde 1990, são: 1) a revisão no papel do Estado na economia nacional que, até o momento, não foi suficiente para retomar o desenvolvimento socioeconômico sustentado, nem reverter a tendência de desestruturação do mercado de trabalho; 2) a reinserção externa subordinada, acompanhada pela desfavorável combinação entre câmbio valorizado, juros elevados e ampla abertura comercial e sem políticas industriais ativas, comercial defensiva e social compensatória; 3) a reestruturação das grandes empresas privadas, particularmente com a modernização seletiva e contida de grandes empresas internacionalizadas e concomitante retraimento, fechamento e desnacionalização de outras, além da ênfase na informalização do processo produtivo com os processos de terceirização, redução das hierarquias funcionais, diminuição do núcleo duro de empregados, entre outros fatores; 4) a reformulação do setor público, com os constantes ajustes nas despesas e mais recentemente com o advento do regime de metas de superávit primário nas contas públicas, que passou a impedir o enfrentamento das mazelas nacionais, sobretudo as desigualdades sociais, tornando menos efetiva a política de universalização de direitos sociais, e, por último, 5) a financeirização da riqueza, que é sustentada pelo Estado com base na redução do gasto social, e sua

contrapartida, a produção do superávit primário, mas que é apropriada privadamente na forma de direitos de propriedade dos títulos que carregam o endividamento público.

A implementação desse novo modelo vem trazendo como consequência o aumento da nossa dependência externa, a grave crise do emprego, a desestruturação do mercado de trabalho, o processo de desassalariamento, especialmente com a prevalência de postos de trabalho muito precários. Além disso, o ajuste nas finanças públicas, a geração do superávit fiscal, acabou por subordinar a questão social ao desempenho econômico, e ganharam relevo as medidas de caráter compensatório, deixando em segundo plano o sistema de proteção social universal. Diante disso, configura-se para o autor um quadro social explosivo, com parcela seleta da população ativa se mantendo cada vez menos incorporada aos empregos regulares.

Essas constatações contribuem para que possamos entender o papel político-ideológico da tese da educação para a empregabilidade, difundida nos anos 1990 pelos teóricos das classes hegemônicas, na qual se apregoava a suposta capacidade da educação em criar por si oportunidades de emprego. Ao contrário, o que Pochmann mostra é que, mesmo entre os mais instruídos, cresceu o desemprego, ao mesmo tempo que a elevação da escolaridade da população veio acompanhada da expansão de postos de trabalho de baixos salários, o que leva a reafirmar que um projeto de educação não está descolado de um projeto de sociedade.

O texto do filósofo Roberto Romano, sob o título ‘Papel amassado: a perene recusa da soberania ao povo brasileiro’, inicia uma série de três capítulos que discutem a gênese e o desenvolvimento das relações de poder no Brasil, em especial as mudanças que estão se processando na estruturação e na dinâmica do Estado e da sociedade civil brasileiros, as quais se constituem em determinantes das profundas alterações na natureza e no ritmo de crescimento do sistema educacional em nosso país.

Segundo ele, no Brasil fingimos seguir a democracia, como forma de poder em que o povo é soberano. Mas, na realidade, ao nosso povo a soberania é recusada em proveito de oligarquias e dos que ocupam os três poderes formais do Estado. Sem que o povo soberano detenha direitos coletivos, é impossível até o presente manter direitos subjetivos.

Para alicerçar seu argumento, analisa as bases do controle da subjetividade no mundo moderno, examinando as teses do poder moderno, do absolutis-

mo religioso ao laico, com Hobbes e pensadores que o sucederam no século XVIII, destacando em tais doutrinas o afastamento do juízo subjetivo individual na manutenção da ordem do poder público. Ressalta o apelo à soberania popular, aos direitos dos indivíduos e dos grupos, presente nas revoluções inglesa, francesa e norte-americanas, nos séculos XVII e XVIII. Sublinha o retrocesso no que se relaciona com os direitos dos cidadãos, após a derrota dos experimentos democráticos europeus. De acordo com ele, semelhante retrocesso possibilitou a ditadura de Napoleão e, no que diz respeito ao Brasil, a instauração de um poder reacionário, oposto às conquistas revolucionárias, em que o Poder Moderador se configurou no núcleo a partir do qual a democracia foi censurada e reprimida em nosso país.

No entender de Romano, o abuso do poder absoluto vem marcando historicamente o Estado brasileiro, percorrendo os tempos do Império e da República. O permanente estado de rebelião e as necessidades do poder central definem o império como excessivamente preso ao modelo de concentração de poderes, com repercussões na atualidade, com um tipo de federação na qual os estados têm realmente pouca autonomia, sobretudo em matéria fiscal. Em toda a República, as prerrogativas do Poder Moderador foram incorporadas, silenciosamente, à presidência do país, que guarda a pretensão de assumir a preeminência e a intervenção nos demais poderes. Nesse processo de instauração e consolidação do autoritarismo brasileiro, a Igreja, como força espiritual, e as Forças Armadas, como força física, têm papel estratégico.

São dois os problemas que precisam ser enfrentados pelos brasileiros que pretendem instaurar no país um governo do povo: a constituição imperial do nosso federalismo, em que o Poder Central monopoliza todas as prerrogativas do Estado e não as partilha com os demais entes que o constituem; e a acentuação, pela República, da onipotência do chefe do Executivo Central, que não se limita a exercer um poder absoluto no ramo executivo do Estado: ele é também um legislador, e dos mais profícuos.

Essas observações de Romano, além de ajudar no entendimento da natureza excludente do sistema educacional brasileiro e da sua histórica tendência à privatização, contribuem para explicitar as determinações jurídico-políticas das reformas educacionais que vêm sendo implementadas a partir da segunda metade dos anos 1990 e oferecem, ainda, substrato jurídico para a elaboração de propostas educacionais que tenham na soberania popular, nos direitos coletivos, um dos seus pilares fundamentais.

No capítulo 5, ‘O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas’, o filósofo Carlos Nelson Coutinho assinala que estamos diante da crise terminal de um tipo de Estado burguês que conhecemos desde a década de 1930, um tipo de Estado que, embora tenha sido responsável em grande parte pelo significativo desenvolvimento econômico ocorrido no Brasil, produziu concomitantemente expressivos déficits de democracia e de justiça social.

Ele identifica algumas características marcantes dessa formação estatal brasileira: a utilização de processos de tipo eminentemente ‘não clássicos’ durante o enfrentamento de tarefas de transformação social; um forte traço intervencionista e corporativista que perdura, pelo menos, até o governo Geisel; a efetivação da supremacia da classe no poder, por meio da dominação (ou da ditadura) e não da direção político-ideológica (ou de hegemonia); a centralização e o autoritarismo sempre claramente a serviço de interesses privados. Para o autor, a crise desse tipo peculiar de Estado se instaura mais claramente quando o Brasil se torna definitivamente uma sociedade ‘ocidental’, nos anos finais de 1970, quando o Estado continuou forte, mas passou a contar também com uma sociedade civil forte e articulada, que equilibra e controla a ação do Estado em sentido estrito.

Coutinho observa ainda que, diante dessa crise, surgem duas propostas de redefinição do Estado: uma proposta liberal-corporativa, representativa dos interesses da burguesia, que consiste em dismantelar o pouco que há de público na presente organização estatal; e uma proposta democrática, que representa os interesses das classes subalternas, centrada na reconstrução ou redefinição do espaço público, por meio de mecanismos pelos quais o aprofundamento da democracia nos conduza não apenas a um novo modelo de Estado, mas também a uma sociedade de novo tipo, à sociedade socialista.

Segundo o filósofo, o problema que efetivamente define a conjuntura que se inicia com o fim da ditadura, e que de certo modo persiste até hoje no Brasil, é o de saber de que modo irá se organizar a relação entre Estado e sociedade civil. Para ele, a burguesia tem hoje consciência de que o emprego da ditadura aberta e do compromisso populista como solução para o exercício da dominação tornou-se inviável na atual conjuntura e vem se esforçando por combinar dominação com formas de direção hegemônica, ou seja, por obter um razoável grau de consenso por parte dos governados, na tentativa de hegemonizar pela direita a sociedade civil. Propõe, alternativamente, como tarefa da esquerda, neste momento, combinar a idéia de Estado forte à necessidade

de torná-lo permeável às pressões que vêm de baixo, ou seja, de uma sociedade civil que se torne cada vez mais hegemônica pelas classes subalternas.

Os elementos de análise desse autor terminam por coincidir, de certa forma, com as contribuições de Miriam Limoeiro Cardoso, ao destacar a importância do componente ideológico na luta política na atualidade, o que reforça o papel estratégico a ser assumido pela educação política e pela educação escolar das massas trabalhadoras na contemporaneidade, quer para a conservação da ordem capitalista, quer para a sua transformação. Compreender a natureza da pedagogia da hegemonia burguesa brasileira e mundial no atual momento constitui-se, portanto, em tarefa prioritária no balizamento das diretrizes educacionais dos trabalhadores brasileiros na atualidade.

Nessa perspectiva estrutura-se o capítulo 6, da historiadora Virgínia Fontes, 'A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980'. Com o intuito de rastrear a formação de alguns processos sociais dominantes na atualidade, mais especificamente o processo no qual se forjam e moldam consciências, a autora reflete sobre a história brasileira recente, apresentando elementos significativos para a compreensão do processo de subalternização (educativa e disciplinar) dos setores rebeldes e de conversão de reivindicações sociais urgentes em apassivamento, com base na conceituação gramsciana de sociedade civil.

Segundo a historiadora, a década de 1980 é crucial para a compreensão da sociedade civil no Brasil. Ela apresentava-se como riquíssima arena de luta de classes, ainda que muitos não quisessem mais pensar nesses termos. A luta que a atravessava se dava pela expansão de aparelhos privados de hegemonia de cunhos variados que, em boa parte, guardavam pouca nitidez em relação a sua proximidade com as classes fundamentais – assim como eram ambivalentes nas formas de conceituá-la.

Virgínia Fontes ressalta como determinante nesse processo a expansão das ONGs, que contribuiria para uma diluição importante do significado do engajamento social e para o embaralhamento da percepção da real dimensão da luta que se travava. As ONGs – e, por extensão, boa parcela do Partido dos Trabalhadores – sacralizavam a sociedade civil como momento virtuoso, com o risco de velar a composição de classes em seu interior. Nesse processo peculiar de expansão da sociedade civil, a própria democracia seria também idealizada, como o reino de uma sociedade civil filantrópica e cosmopolita, para a qual todos colaborariam, sem conflitos de classes sociais. O tema da revolução se

esfumava num futuro longínquo e, talvez, desnecessário. Em meio a isso, o projeto de contra-reforma empresarial, fortemente amparado em seus aparelhos privados de hegemonia, se consolidava e se aproveitava dessas contradições para seduzir os setores populares contra seus próprios direitos.

Essas análises da autora, além de darem vida à afirmação de Coutinho – de que a sociedade brasileira consolida, nesse período histórico, seu processo de ocidentalização –, oferecem elementos esclarecedores para o entendimento do rápido abandono das demandas educacionais de defesa do ensino público, gratuito e universal, por parte significativa dos organismos sociais representativos dos interesses da classe trabalhadora, e para a aceitação, muito abrangente, da privatização, da focalização e da fragmentação como princípios organizadores da educação escolar brasileira na atualidade.

No capítulo 7, ‘Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje’, o filósofo e educador Gaudêncio Frigotto, parte do pressuposto de que o trabalho é a categoria ontocriativa da vida humana e de que o conhecimento, a ciência, a técnica, a tecnologia e a própria cultura são mediações produzidas pelo trabalho na relação entre os seres humanos e os meios de vida. A partir dessa idéia central, ele discute duas visões que considera equivocadas sobre a ciência, a técnica e a tecnologia que dominam o debate na sociedade, particularmente o debate educacional. A primeira visão as toma como forças autônomas das relações sociais de produção, de poder e de classe e se expressa de forma apologética nas noções de sociedade pós-industrial e sociedade do conhecimento. O outro viés situa-se na visão de pura negatividade da ciência, da técnica e da tecnologia em face da sua subordinação aos processos de exploração e alienação do trabalhador como forças cada vez mais diretamente produtivas do metabolismo e da reprodução ampliada do capital. Para o autor, as duas visões decorrem de uma análise que oculta o fato de que a atividade humana que produz o conhecimento e o desenvolvimento da técnica e da tecnologia, assim como seus vínculos mediatos ou imediatos com os processos produtivos, se define como (e assume o sentido de) alienação e exploração ou emancipação no âmbito das relações sociais determinadas historicamente. Ou seja: a ciência, a técnica e a tecnologia são alvo de uma disputa de projetos sociais antagônicos da existência humana. Com essa compreensão, ele discute em seguida a dupla face do trabalho: como atividade vital e como alienação sob o capitalismo – a ciência e a técnica como extensão de sentidos e membros humanos e como forças do capital contra o trabalhador, com base nas contri-

buições de Karl Marx, Antonio Gramsci, George Lukács, István Mészáros e Carlos Paris.

Num segundo momento, busca apreender o papel reservado ao nosso país na divisão internacional do trabalho e como se efetivam, nesse contexto, a formação do trabalho simples e complexo e os desafios e dilemas que enfrentamos atualmente. A análise que realiza da articulação dos elementos culturais, políticos e econômicos, nos marcos de um capitalismo dependente, evidencia que a opção da classe burguesa brasileira, na sua vocação de subalternidade e de associação consentida, é pela cópia da tecnologia, e não pela sua produção.

A partir daí, com base em pesquisas (com Maria Ciavatta e Marise Ramos) e de Lúcia Maria Wanderley Neves, entre outras, Frigotto faz um balanço crítico das reformas e das políticas educacionais, sob o modelo societário neoliberal, procurando explicitar a função social que a classe detentora do capital atribui à escola e à educação técnico-profissional no seu conteúdo, no método e na forma, para a manutenção estrutural de uma sociedade capitalista dependente. Por fim, discute a concepção de educação escolar unitária, politécnica e/ou tecnológica, destacando as questões que impediram o seu avanço concreto na política e na prática educativa, inclusive o refluxo dessa proposta ao longo da década de 1990.

Enfim, o autor nos convida para a necessária e decisiva apropriação do legado do materialismo histórico como referencial capaz de dar à esquerda intelectual e militante os fundamentos para superar dois vieses do marxismo ocidental – o estruturalismo francês e a análise antinômica da realidade histórica –, além de permitir que não se derive para o pessimismo imobilizador ou para o ativismo voluntarista. Ao mesmo tempo, propõe uma agenda contra-hegemônica à nova pedagogia da hegemonia do capital, educadora do consenso ao seu projeto societário.

O filósofo Antônio Joaquim Severino, no capítulo final, apresenta o ensaio ‘Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje’, desenvolvendo-o em três movimentos. No primeiro, de caráter antropológico, explicita a natureza da educação como prática humana, mediada pelo/mediadora do agir histórico dos homens, fundamentando teoricamente a necessária intencionalidade ético-política dessa prática. Para Severino, a prática educativa, como modalidade de trabalho e atividade técnica, é estritamente cultural, posto que se realiza mediante o uso de ferramentas simbólicas. Na condição de prática cultural, serve-se dos recursos simbólicos constituídos pelo próprio

exercício da subjetividade, em seu sentido mais abrangente, sob duas modalidades mais destacadas: a produção de conceitos e a vivência de valores, que são as referências básicas para a intencionalidade do agir humano, em toda a sua abrangência.

No segundo movimento, de cunho histórico, busca mostrar, inicialmente, como a experiência socioeducacional brasileira marcou-se por diversas subjetivações ideológicas, em especial a ideologia católica, característica do período colonial e imperial; a ideologia liberal, que avança com o desenvolvimento capitalista no Brasil e se consolida após a Segunda Guerra Mundial; e a ideologia tecnocrática, que passa a predominar com a instauração do regime militar em 1964. Em seguida, chama a atenção para os desafios e dilemas da educação brasileira atual no contexto da sociabilidade neoliberal. Para Severino, essa forma atual de expressão histórica do capitalismo, sob o domínio do capital financeiro, produz um cenário existencial em que as referências ético-políticas perdem sua força na orientação do comportamento das pessoas, trazendo descrédito e desqualificação para a educação. Ao mesmo tempo, a instauração de um quadro de grande injustiça social, sonhando à maioria das pessoas as condições objetivas mínimas de subsistência, interfere profundamente na constituição da subjetividade, no processo de subjetivação, manipulando e desestabilizando valores e critérios.

No terceiro movimento, de perspectiva político-pedagógica, ressalta o compromisso ético-político da educação como mediação da cidadania, dando ênfase à importância que a escola pública ainda tem como espaço público privilegiado para um projeto de educação emancipatória. Severino destaca três objetivos que a educação deve ter no horizonte com o propósito de construir uma outra sociedade a partir de uma nova sociabilidade: desenvolver ao máximo o conhecimento científico e tecnológico em todos os campos e dimensões; desenvolver ao máximo a sensibilidade ética e estética buscando delinear o *télos* da educação com sensibilidade profunda à condição humana; e desenvolver ao máximo sua racionalidade filosófica numa dupla direção: esclarecer epistemicamente o sentido da existência e afastar o ofuscamento ideológico dos vários discursos. Por fim, observa que educar contra-ideologicamente é utilizar com competência e criticidade as ferramentas do conhecimento e que, por mais ambíguos e frágeis que sejam, esses recursos da subjetividade são instrumentos capazes de explicitar verdades históricas e de significar a realidade objetiva na qual o homem desenvolve a sua história.

Em suma, de um modo ou de outro, todos os autores desta coletânea, sob diferentes perspectivas, apontam o papel estratégico da escola na sedimentação ou na contestação do projeto hegemônico da sociedade brasileira contemporânea, reafirmando o conhecimento como arma indispensável no enfrentamento e na superação dos vários problemas sociais vivenciados pela maioria dos que vivem do trabalho em nosso país.

A abrangência e a profundidade do tratamento dado às diferentes dimensões que envolvem direta e indiretamente a questão educacional na contemporaneidade brasileira farão desta obra uma referência obrigatória para cientistas sociais, educadores, formuladores de políticas e militantes dos mais diversos organismos sociais que reconheçam na educação uma prática social estratégica na construção de um Brasil justo e soberano.

Os Organizadores

